

crutamento dos avaliadores; cooperar com outras organizações públicas e privadas interessadas no melhoramento da administração fiscal; promover por tôdas as maneiras justiça e equidade na distribuição da carga impositiva.

A Associação dispõe de um serviço de consulta e de pesquisa para os seus sócios. Publica a *Assessors Newsletter* (mensal) e uma série de boletins especiais e relatórios das pesquisas realizadas. A Associação patrocina a realização de uma conferência nacional todos os anos, sôbre as técnicas de avaliação, assim como a organização de conferências regionais. A Associação presta também assistência na organização de conferências estaduais e de escolas para funcionários de avaliação.

O Diretor da Associação é o Sr. Albert W. Noonan.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FUNCIONÁRIOS ESPECIALISTAS EM QUESTÕES DE HABITAÇÃO

A "National Association of Housing Officials" é composta de funcionários de repartições e indivíduos diretamente relacionados com os problemas de habitação para famílias das classes pobres e da classe média. A Associação publica *The Journal of Housing* doze vêzes por ano e o *Directory of Housing Agencies* (semestral); além disso, realiza reuniões anuais de âmbito nacional e regio-

nal. O Diretor Executivo da "National Association of Housing Officials" é o Sr. John M. Ducey.

INSTITUTOS DE PESQUISA MUNICIPAL FINANCIADOS PELOS CONTRIBUINTES

É importante salientar que o vigoroso movimento de pesquisa no campo da administração municipal tão bem representado hoje em dia pelas organizações sediadas no "1313" teve sua origem nas campanhas populares pró-reforma das administrações municipais. A partir do começo do século grupos de cidadãos em várias cidades americanas começaram a se organizar para promover o estudo e o aperfeiçoamento dos governos locais de suas cidades. A primeira organização financiada por indivíduos e entidades privadas foi o *Bureau of Municipal Research* de Nova York que mais tarde se transformou no atual *Institute of Public Administration*. Várias outras organizações foram instaladas em Philadelphia, Cincinnati, Chicago, Dayton, Milwaukee, Minneapolis, Toronto, Akron, Rochester, Detroit, etc. Êsses grupos de estudo inteiramente financiados pelos contribuintes que desejavam corrigir os erros existentes nas administrações das cidades continuam a exercer uma função importante na vida americana e mantêm estreitas relações com as entidades sediadas no "1313" em Chicago.

Comissão econômica para a América Latina

DIóGENES B. MONTEIRO

Organizada em meados de 1948 e sediada em Santiago do Chile, a Comissão tem trabalhado afincadamente com o objetivo de encontrar a verdade sôbre a situação econômica e financeira dos países latino-americanos, mas a sua verdade pessoal, se assim nos pudermos expressar, é também orientar o pensamento latino americano para uma fórmula de solução que lhe seja também peculiar.

É com anseio maior que os latino-americanos deixam de pensar e agir segundo fórmulas equacionais que operaram em outros países de outro hemisfério, como se vem processando até agora.

Estêve há pouco entre nós o Sr. Gustavo Martinez Cabanas, seu Secretário Executivo e dêle são as informações que constituem esta entrevista.

As Nações Unidas se reúnem numa época e num mundo em que o nível de vida da maioria de seus habitantes se acha muito baixo, o trabalho inseguro e não permanente para todos, e o desenvolvimento econômico e social em etapas muito desiguais nas diversas regiões do mundo.

A guerra contribuiu a aguçar ainda mais estas condições precárias. A fome, a miséria, e a insegurança se assenhorearam de muitos dos mais prósperos lugares do planeta. Era mister reparar e reconstruir cidades e campos, fazer planos, e restabelecer governos. Para tudo isto, se necessita um conhecimento mais ou menos exato da situação, de valores estatísticos, investigações, e estudos econômicos sôbre a realidade imperante.

As Nações Unidas, a fim de enfrentar êste problema, organizaram Comissões Econômicas Regionais. Surgiu a da Europa em terras devastadas pela guerra; foi criada a do Extremo Oriente, onde ao açoitado da guerra se agrega um desenvolvimento econômico ínfimo, e se organizou por último a Comissão Econômica para a América Latina, mais conhecida por CEPAL que atua num continente onde coexistem talvez todos os graus do desenvolvimento econômico, mas onde a miséria é todavia grande, como são grandes e majestosas suas cordilheiras e esplêndidos seus vales.

A CEPAL tem ante si um dos mais sérios problemas da época. Que fazer para elevar o nível de vida da população que habita a América Latina? População com índices de nutrição abaixo do normal; população que cresce mais rapidamente que seus recursos alimentícios; população que não conta com albergues suficientes, nem água potável, nem meios de transporte adequados.

A CEPAL está integrada pelas 20 Repúblicas Latino-americanas, os Estados Unidos da América, França, Holanda e Grã-Bretanha. Quando convocados, os representantes dêstes países se reúnem e deliberam.

A Comissão Econômica para a América Latina é ainda muito jovem. Só pôde realizar dois períodos de sessões, um em Santiago, em junho de 1948, em que se delinearão as bases de seu programa, e outro em Havana, onde se examinou o resultado do primeiro ano de trabalho. Hoje se prepara para uma terceira reunião que se efetuará em Montevidéu no próximo ano.

Com tal propósito, prepara-se o segundo Estudo Anual de economia latino-americano que focalizará o pro-

blema do desenvolvimento econômico latino-americano mediante análises realizadas país por país.

Em estreita relação com o Estudo Econômico, se encontram Estudos especiais, sobre as flutuações cíclicas, as inversões de capitais estrangeiros e os transportes. O primeiro destes estudos conterà uma descrição do ciclo econômico no México, Cuba, Colômbia, Venezuela, Brasil, Argentina, Chile e Peru, desde 1925, e formulará uma explicação teórica do ciclo nos ditos países, dentro do quadro geral de uma teoria cíclica. O problema das medidas anticíclicas, ponto de vista latino-americano, será também examinado.

O Conselho Interamericano Econômico e Social colabora com a Comissão na preparação do Estudo sobre inversões de capitais estrangeiros. O estudo sobre transportes consistirá igualmente numa série de trabalhos por países.

Esse estudo se baseará antes numa análise econômica, do que na descrição dos sistemas de transporte e de seus problemas técnicos. Também se levarão a cabo estudos especiais em matéria agrícola, referentes a créditos, utilização de águas, e problemas de armazenagem, e conservação, estudos já iniciados em colaboração com a Organização para a Alimentação e a Agricultura e que compreenderão determinados países da região onde estes problemas apresentam maior gravidade.

Confiamos em que os Estudos empreendidos e a empreender pela Comissão, o Conselho Interamericano Econômico e Social, os Órgãos Especializados e outras entidades internacionais, dentro da América Latina, sejam de importância primordial para formular a política nacional e internacional em matérias econômicas, e sobretudo quanto ao desenvolvimento econômico da região.

Os representantes dos governos que assistiram à Primeira Reunião, fizeram uma análise conscienciosa da realidade que refletiam seus respectivos países nos anos imediatos ao término da guerra. Reconheceram que este pedaço da América tinha em comum com as Antilhas pelo menos três características básicas.

1. Um desenvolvimento econômico insuficiente, em relação com suas necessidades;
2. Uma mínima diversificação de seus recursos, exploráveis;
3. Uma exagerada dependência das economias mais desenvolvidas.

A CEPAL, depois de um ano de trabalhos se apresentou à Segunda Assembléia de Havana, com um acervo de estudos que confirmaram plenamente as apreciações que se haviam formulado no ano anterior em Santiago. Entretanto ao mesmo tempo que os fatos e as cifras revelam todavia um grande atraso nas condições econômicas gerais, marcam também a aparição de um novo acontecimento na vida de nossos povos. O começo de um movimento industrializador, que já se havia iniciado desde antes em quase todos os países, e que, porém, com a guerra tomou corpo e se robusteceu, com o auge das exportações.

O desenvolvimento industrial da América Latina, nos últimos dez anos, não tem precedente em nossa história econômica. Mas isto não quer dizer que já nos encontremos no mesmo plano dos países altamente industrializados. Muito longe estamos deles, e a experiência de cada uma de nossas repúblicas mostra quão penoso é o

longo caminho da industrialização, e quantos sacrifícios impõe, sobretudo agora quando os preços das matérias-primas industriais e de alguns produtos agrícolas começam a declinar e a procura mundial não se mantém.

Na minha opinião a afirmação de que nossas dificuldades atuais se devem exclusivamente à escassez de dólares tem uma validade muito duvidosa, já que de certo modo obscurece o fato de que os Estados Unidos têm também um problema de excedentes, que se evidencia pela incapacidade deste país ou sua renúncia a importar, tanto quanto exporta. Estamos em face de um curioso dilema: de um lado nossas economias, por causa de sua íntima dependência do comércio internacional, são extraordinariamente sensíveis às flutuações econômicas dos Estados Unidos; de outro lado, com o fim de manter sua plenitude de empresa, dito país necessita colocar determinadas quantidades de matérias-primas e artigos alimentícios, que entram em competição nos mercados mundiais com produtos similares da América Latina. Basta mencionar como exemplo, somente produtos tais como trigo, algodão, arroz, milho e cobre.

Que se pode fazer nesta situação? Existem medidas que possamos adotar e que num período relativamente curto logrem restituir o equilíbrio do comércio? Que fazer, se paralelamente à expansão do comércio temos de assegurar os mecanismos necessários e o aparelhamento imprescindível para que nosso desenvolvimento econômico siga mantendo níveis de vida crescentes?

Os Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha acabam de criar métodos destinados a aliviar em certo grau a escassez de dólares dentro da zona esterlina, convênios que se complementaram com a desvalorização monetária que, por certo, foi sugerida também pelo mesmo Diretor do Fundo Monetário Internacional a outros países deficitários em dólares. A importância desta medida se aprecia com só mencionar que as desvalorizações já realizadas equivalem a uma redução nas tarifas a 43 por cento, com relação ao dólar e sua zona, levada a cabo por países que representam 60 por cento das importações mundiais e 50 por cento do comércio do mundo, segundo dados recentes.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, conhecida por FAO, publicará brevemente um informe elaborado por um grupo de especialistas, que contém recomendações para regular a colocação de excedentes agrícolas.

Não seria este o momento oportuno para que os países latino-americanos combinassem seus esforços a fim de proteger seus próprios interesses e laborar soluções conjuntas com as demais regiões do mundo?

E' hábito considerar que se o problema do desequilíbrio entre a América do Norte e a Europa se resolvesse, os problemas latino-americanos se resolveriam também. E' certo, entretanto, que a América Latina, por causa de sua estreita dependência da Europa e dos Estados Unidos, receberá benefícios de semelhantes soluções, porém não é menos certo que a América Latina tem interesses próprios, que contrastam com os de outras regiões, e também problemas específicos que devem ser levados em conta em toda decisão global, já que esta decisão pode influir profundamente nas relações comerciais da América Latina com o resto do mundo. Eis aí um campo em que a CEPAL pode servir, não só para o estudo do problema,

função que já realiza, senão também como veículo dos países latino-americanos para canalizar uma ação comum destinada a aliviar um grave mal que também é compartilhado em comum.

E' indubitável que as Conferências Internacionais e também em grande parte, os mecanismos criados pelas Nações Unidas e os Órgãos Especializados, podem trazer valiosa e às vêzes inestimável ajuda à solução de nossos problemas. Não é menos certo porém que o esforço principal tenha que ser aquêle que realizam seus próprios povos, e seus governos. Daí a transcendental importância

da formação de um pensamento que influa na formação da própria opinião pública, a qual depois tomará vulto na ação coordenadora do Estado. Precisamente por isto, e porque sobre os latino-americanos pesa a responsabilidade de criar a opinião pública mundial, orgânica e coerente, entendo que lhes corresponde entranhar nas consciências a necessidade de que países e governos combinem urgente e praticamente suas ações na solução conjunta dos problemas econômicos, da qual depende a possibilidade de resolver tôdas as demais questões que oferece uma conviência humana, fecunda, digna e pacífica.

Publicações recebidas

- "Américas" janeiro 1950.
- National Municipal Review* — Volume XXXVIII n.º 11 — december 1949.
- Resenha Econômica Mensal* (Banco do Brasil) Ano II — n.ºs 10 e 11 — out-nov. 1949.
- Trabajos de Seminario* — Tomo XXI (año 1947).
- Mensário Forense* — Vol. IV — Ano II — Fasc. III — julho e agosto 1949.
- Boletim Informativo Mensal da Associação de Montenegro* — Rio G. do Sul.
- Revista de la Escuela de Estudios Contables* — Vol. II — Enero 1950.
- Revista do Impôsto de Renda* — Ano XIII — n.º 1; janeiro 1950.
- Administração Pública* — Periódico de Divulgação. Est. da Bahia; Ano I — n.º II — Vol. I — 1949.
- Boletim* — Ministério de Hacienda de la Nacion. — Ano IV — n.º 180 — nov. 1949.
- Taxes*, vol. 32 — n.º 11 — november 1949.
- Notícias de Portugal* — Ano III — n.º 139 — dezembro 1949.
- Boletim Econômico* — Ministério das Relações Exteriores; n.º 11 — out-nov. 1949.
- Boletim Paraguáio* — Agência Comercial do Brasil — Ano 4 — n.º 25 — nov. 1949.
- Boletim do Instituto Brasil* — Estados Unidos; Ano VIII, n.º 79 — janeiro 1950.
- Aviação* — Ano X; novembro 1949.
- Revista de las Fuerzas Armadas de la Nacion* — Ano IX — n.º 100.
- Revista Senai* — Ano V; n.º 51 — outubro, 1949.
- A Organização dos Estados Americanos e as Nações Unidas.*
- Boletim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.*
- Intercepcion de Chispas en Locomotoras a Combustibles Sólidos.* por (Ing. Anacleto Tobar) Tucuman 1949.
- Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior;* Ano XII — n.º 11 — nov. 1949.
- Boletim da Contadoria da República* — Ano XXVI n.º 158 Rio — 1950.
- The Journal of the American Dental Association;* Vol. 39, number 6, dec. 1949.
- Legislação do Trabalho* — Ano XIV, Vol. XIV, n.º 151, novembro 1949.
- Public Administration* — Vol. XXVII; Winter 1949.
- Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas.* Ano XI. Vol. XIX — julho e setembro 1949.

* *

*

Um dos aspectos mais interessantes do "Ramspeck Act" diz respeito à extensão do "Classification Act". O termo "classificação" tem sentido duplo no sistema pessoal da América do Norte; é bom aviso estremar um e outro, atalhando ambigüidades de interpretação. Um cargo "classified status" significa jurisdição da "Civil Service Commission" que administra o "Civil Service Act of 1883". Tal cargo, pertencendo ao sistema do mérito, será preenchido mediante concurso. Há duas grandes categorias de cargos na América do Norte no que tange à jurisdição do "Civil Service Act": os cargos classificados ("classified") e os não classificados ("nonclassified"). Um cargo, por outro lado, quando analisado e sistematizado consoante o "Classification Act of 1923", tem as suas atribuições e responsabilidades ordenados dentro de um plano geral. Quando um cargo pertence ao sistema do mérito, pôsto sob a égide do "Civil Service Act", é da jurisdição da "Civil Service Commission"; se classificadas as suas atribuições e responsabilidades, visando determinado plano de pagamento que se destina a remunerar trabalho igual com igual vencimento, êste cargo pode estar colocado no sistema do mérito ou não. Uma coisa não implica a outra como podia parecer. Os cargos classificados geralmente pertencem ao sistema do mérito; seria mesmo absurdo pretender que a soma de esforço preliminar à classificação de cargos fôsse sempre orientada no sentido de distribuir cargos de natureza temporária. Há cargos classificados que não pertencem ao sistema do mérito; o número dos "classified status" são em proporção muito maior do que os classificados na base das atribuições e responsabilidades. Um plano de classificação de cargos no sentido jurídico, marcando a existência precária ou não, é fundamental na política do Governo ao definir o sistema do pessoal. Todo cargo, ao ser criado, traz o signo da sua existência. Do ponto de vista técnico, o sistema de mérito não oferece dificuldades; sômente as inerentes aos processos conhecidos de recrutar pessoal qualificado. — Paulo Poppe de Figueiredo — R.S.P. — setembro de 1949.